



AUTOR(ES): ANA LUÍSA GOMES DOS SANTOS

RESUMO:

O primeiro código penal brasileiro criminalizava a “vadiagem” e a “mendicância” e, conforme as tendências européias, idealizava um perfil de cidadão. 60 anos depois, e com um novo regime político em voga, o código penal de 1830 já não era capaz de acompanhar a nova realidade social que se estabelecia. Se em 1830 preocupavam-se com o controle, sobretudo, dos escravizados, com o fim da escravidão e com um contingente considerável de ex-escravizados, a realidade se modificava gradualmente e, de modo concomitante, demandava um novo controle por parte do Estado. Em 1890, ano do novo código penal, os dilemas sociais recaíam sobre o que fazer com uma população de antigos escravizados e seus descendentes que crescia cada vez mais nos centros urbanos. Nesse contexto, a tipificação do vadio, do mendigo e dos capoeiristas, aliada à higienização dos centros urbanos, serviu para o que ficou popularmente conhecido como “bota-abaixo” orquestrado pelo prefeito Pereira Passos da então capital republicana (Rio de Janeiro) e foi responsável pela exclusão de uma população indesejada que foi sumariamente mandada para os extremos da cidade. À luz de Achille Mbembe, é possível afirmar que os estados formulam políticas públicas destinadas a grupos sociais distintos, pois há um grupo que pode viver, enquanto outro deve morrer – tais políticas são caracterizadas como necropolítica e reforçam as desigualdades e assimetrias entre os diferentes grupos sociais. O referido trabalho utilizará, além do autor supracitado, os autores Michel Foucault, Marilene Antunes Sant’Anna, Carlos Eduardo Moreira de Araújo, Angela Davis, Sérgio Ricardo Magalhães Reis, Myrian Sepúlveda dos Santos e Marcos César Alvarez com a finalidade de compreender historicamente como uma população foi submetida à exclusão social e repressão quando o Rio de Janeiro ainda era a capital do país. A pesquisa utilizará de informações e dados obtidos mediante a leitura e análise do periódico Jornal do Brasil, a fim de compreender como a mídia da época se relacionava com as concepções de criminalidade, e o Boletim Policial do Rio de Janeiro e das informações contidas no Relatório Policial do Rio de Janeiro que contempla dados relacionados aos detentos, como sexo, idade e motivo da prisão durante o início do século XX. EM suma, o projeto visa promover debates acerca das políticas públicas estatais voltadas para o controle da sociedade e da criminalidade.

PALAVRAS-CHAVE: necropolítica, criminalidade, prisões.